

# Sumário

## 1

<b>O REGIME JURÍDICO LICITATÓRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>21</b>
1.1 Administração pública brasileira e a seleção de fornecedores .....	22
1.1.1 Legislação licitatória até meados do Século XX – normativos destacados .....	23
1.1.2 A modelagem inaugurada com o Decreto-Lei nº 200/1967 .....	31
1.1.3 O Decreto-Lei nº 2.300/1986, o início da modelagem maximalista e da intervenção da legislação na modelagem de seleção das estatais .....	36
1.1.4 O ciclo da Lei nº 8.666/93, da aprovação até a sua revogação pela Lei nº 14.133/2021 .....	42
1.2 Regime licitatório brasileiro e as estatais.....	53
1.2.1 Estatais e a legislação licitatória até o Decreto-lei nº 2.300/1986 .....	56
1.2.2 Estatais e o regime licitatório da Lei nº 8.666/93 .....	61
1.2.3 A não incidência parcial da Lei nº 8.666/93 para algumas atividades contratuais das estatais.....	68
1.2.4 Amplitude subjetiva da aplicação do regime jurídico da Lei nº 13.303/2016.....	75
1.2.5 O regime licitatório da Lei nº 13.303/2016.....	80

## 2

<b>ASPECTOS DE TEORIA ECONÔMICA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS</b> .....	89
2.1 Contratações públicas e fundamentos da análise econômica.....	92
2.1.1 As falhas de mercado.....	95
2.1.2 Contratações públicas e os custos de transação .....	109
2.1.3 Contratações públicas e o preço transacional .....	112
2.1.4 Contratações públicas e desenho de mecanismo .....	115
2.1.5 Contratações públicas e teoria dos leilões .....	121
2.2 Contratações públicas no Brasil e análise neoinstitucional.....	128
2.3 Pontos de atenção para definição de uma modelagem eficiente para a seleção de fornecedores por organizações públicas.....	134
2.3.1 Licitação presencial e os reflexos de seus custos de transação no ambiente de disputa .....	137
2.3.2 Licitação eletrônica, seus custos transacionais e os reflexos no ambiente de disputa .....	140
2.3.3 Dificuldade para a identificação de um preço transacional exequível .....	146
2.3.4 Ineficiência dos requisitos de habilitação da legislação tradicional .....	154
2.3.5 Falhas nos incentivos da modelagem de leilão aberto, no modelo tradicional de pregão eletrônico.....	159
2.3.6 Resistência ao arrojo e à inovação pelo medo de responsabilização .....	167

## 3

<b>O USO DE E-MARKETPLACE POR ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS</b> .....	175
3.1 O que é um <i>e-marketplace</i> ? .....	177
3.2 Experiências internacionais de utilização do <i>e-marketplace</i> pela administração pública .....	187

3.2.1	O Chile e sua plataforma ChileCompra.....	191
3.2.2	A Índia e sua plataforma GeM.....	201
3.2.3	O <i>General Services Administration</i> – GSA dos Estados Unidos...	209
3.2.4	Modelos de acordo quadro.....	215
3.3	Lei nº 14.133/2021 e frameworks compatíveis com a implementação de <i>e-marketplaces</i> .....	221
3.3.1	Os procedimentos auxiliares na Lei nº 14.133/2021 .....	221
3.3.2	O registro cadastral e a pré-qualificação permanente.....	223
3.3.3	O sistema de registro de preços e o credenciamento.....	228
3.4	Lei nº 13.303/2016 e a não observância das regras licitatórias.....	236
3.4.1	Perspectivas da obrigatoriedade de licitar.....	237
3.4.2	Estatais e as exceções à obrigatoriedade de licitar em sua perspectiva burocrática.....	239
3.4.3	Análise da hipótese de “não observância das regras licitatórias” prevista pelo inciso I do §3º do artigo 28.....	246
3.4.3.1	Da superação do limite de aplicação à caracterização de uma atividade como finalística .....	247
3.4.3.2	Do escopo de atividades abarcadas pelo inciso I do §3º do artigo 28.....	249
3.4.3.3	Não observância e a flexibilidade para definição do modelo de seleção .....	255
3.4.4	<i>E-marketplace</i> como modelagem a ser adotada pela estatal... ..	259

## 4

### **PONTOS DE REFLEXÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE E-MARKETPLACE POR ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS .....**

4.1	Centralização/descentralização da plataforma.....	267
4.2	Modelo de participação na Plataforma .....	271
4.3	Definição do fornecedor e do preço.....	275
4.4	Modo de disputa aberto (lances) ou fechado (preço único).....	285
4.5	Da simplificação da fase preparatória da contratação .....	291

4.6	Da possibilidade de cobrança dos fornecedores para utilização da plataforma .....	294
4.7	Da inaplicabilidade do fracionamento ilícito e beneficiamento das pequenas empresas e mercado .....	298
4.8	A governança como ponto fundamental para a implementação de um <i>e-marketplace</i> para compras públicas.....	301
	<b>Considerações finais</b> .....	311
	<b>Referências</b> .....	315